

QUESTÕES SOBRE OS IMPACTOS DA UHE ESTREITO SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS KRAHÔ E APINAJÉ

As comunidades indígenas situadas nas Terras Indígenas Krahô e Apinajé, através de suas organizações representativas, vem se manifestar perante o IBAMA sobre o EIA/RIMA da UHE de Estreito e os impactos deste empreendimento sobre nossas comunidades.

Em primeiro lugar, gostaríamos de questionar o mérito das observações registradas no RIMA sobre os impactos da barragem sobre os índios. O estudo antropológico baseou-se em dados secundários e foi realizado por um profissional que não conhece a realidade e cultura dos Timbira. Apesar disso, ele aponta para a necessidade de se realizar um estudo mais abrangente, levando em conta todos os outros grandes projetos que estão sendo implantados na região, pois eles vão potencializar os impactos decorrentes da usina.

Apesar também de já existir um desequilíbrio biológico da ictiofauna por conta das outras barragens já contruídas no rio Tocantins, vai ocorrer um aumento da interferência sobre o ciclo de reprodução dos peixes e uma diminuição da diversidade de espécies de peixes que utilizamos para nossa alimentação. Além disso, vai ocorrer uma interferência direta no ciclo ritual das nossas comunidades, pois vai ocorrer uma grande diminuição de peixes para abastecer nossas principais festas, como por exemplo o *Tep Arkwá* ou o *Tep Teré*.

Os próprios empreendedores dizem que vai haver uma mudança na qualidade das águas e da condições climáticas da região, que vai afetar diretamente nossas atividades de roças e vai acabar com nossa cultura de vazantes das aldeias Krahô do Bacuri, Rio Vermelho e Krintu, que estão situadas às margens do rio Vermelho, afluente do rio Manuel Alves Grande.

Pior do que isso, vai haver um aumento da pressão antrópica sobre as Terras Indígenas Krahô e Apinajé, pois muitos trabalhadores virão para a região para trabalhar nos canteiros de obras. Com isso, também vai haver um aumento de invasões e caçadas ilegais nessas áreas, prejudicando a integridades dos nossos recursos naturais. O aumento do contato com populações não-índias decorrentes desse grande fluxo de trabalhadores para a região vai gerar também um maior número de doenças, inclusive doenças sexualmente transmissíveis.

A inundação e perda de vários sítios arqueológicos, constatado pelos empreendedores, também vai gerar uma grave perda da memória dos nossos antepassados, pois toda a região impactada foi área de uso e ocupação de grupos Timbira no passado, especialmente os Krahô. Acreditamos que esses sítios arqueológicos merecem uma pesquisa séria e aprofundada e temos certeza que as ações de salvamento prevista pelo empreendimento não vão garantir a preservação da memória de nossos ancestrais, como gostaríamos e como acontece por exemplo na Serra da Capivara (PI), onde recentemente fomos buscar o *Koyré*, um objeto arqueológico, que para nós é uma machadinha ritual muito importante para o resgate e manutenção de muitas atividades cerimoniais das nossas

comunidades. Temos certeza que objetos semelhantes poderão ser encontrados na área a ser impactadas, se houver uma pesquisa de longo prazo e não um salvamento rápido.

Por tudo isso, solicitamos gostaríamos que o IBAMA não concedesse a licença para os empreendedores e requeresse estudos complementares mais consistentes no EIA/RIMA sobre os impactos sobre as populações indígenas. Inclusive, contemplando o caso da Terra Indígena Krikati, que está na área de influência do empreendimento e que em nenhum momento foi citada nos relatórios, mas que utiliza cotidianamente o ribeirão Arraia, afluente do rio Tocantins, para atividades de pesca. Mas se o empreendimento ocorrer mesmo contra nossa vontade, e contra a vontade de milhares de ribeirinhos e produtores rurais impactados, também vamos exigir uma compensação financeira pelos prejuízos ambientais causados. Nesse caso, também propomos a criação de faixa de proteção de 10 Km no entorno da TI Krahô e das cabeceiras dos rios que abastecem a terra indígena. No EIA/RIMA dos empreendedores, já existe uma proposta de criação de uma área de proteção no entorno de apenas 5 Km, sendo que o CONAMA já define uma faixa de 10 Km para unidades de conservação e acreditamos que a mesma regra poderia ser utilizada para as terras indígenas.

Vamos solicitar também um parecer técnico da FUNAI sobre essas questões, mas gostaríamos de reinterar que as associações indígenas que assinam este documento têm total autonomia e representatividade para reivindicar os seus direitos. Ficamos no aguardo de providências o mais breve possível.

Carolina, 04 de fevereiro de 2005.

Valdomiro Kroc Krahô
Presidente Associação Vyty-Cati das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

Arlete Krikati
Representante Associação Pemp Kahyc Krikati

Sebastião Yôhê Krahô
Representante Associação Mãkraré da Aldeia Nova Krahô

Alberto Hapyhi
Representante Associação Krinhinduré Apinajé

José de Sousa Kwar Krahô
Presidente Associação Wokrã da Aldeia do Rio Vermelho Krahô

Ivo Tep Tyc Krahô
Presidente Associação Awkeré da Aldeia Cachoeira Krahô

Antonio Cavalcante Txocan Krahô
Cacique da Aldeia Bacuri Krahô

Derlindo Huhkop Krahô
Cacique Aldeia Cachoeira Krahô

Cleocir Txoi Krahô
Cacique Aldeia Rio Vermelho Krahô

End: Associação Timbira Vyty-Cati
Rua Gomes de Sousa, 344 – Carolina/MA
CEP – 65980-000
Tel. (99) 3531-3381